

Domingos Fernandes

O balanço do Estado da Educação

Assinalando ainda os 50 anos do 25 de Abril, e a evolução positiva durante o Portugal Democrático, o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Domingos Fernandes, fala ao JL dos resultados do relatório do Estado de Educação 2023, ferramenta essencial de análise que acaba de ser publicado, e que saliente haver uma evolução positiva nos últimos dois anos. Sobre este mesmo documento escreve na sua coluna, na pg. 5, Maria Emília Brederode Santos, a anterior presidente do CNE

MANUEL HALPERN

M



Domingos Fernandes

Mantém-se uma trajetória positiva, embora ainda haja muito por onde melhorar nas diversas áreas. Esta é a conclusão que se chegar ao ler o relatório do Estado da Educação 2023, agora publicado. O presidente do Conselho Nacional de Educação, entidade independente responsável pelo estudo, explica, em entrevista, o que de mais positivo e negativo se pode encontrar neste relatório. Domingos Fernandes, presidente do CNE desde 2022, sucedendo a Maria Emília Brederode Santos, é prof. catedrático no Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE e investigador integrado do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES).

JL: O Estado da Educação começa por referir-se aos 50 anos da Revolução. Quais foram as maiores conquistas que o 25 de Abril trouxe para a Educação?

Domingos Fernandes: A liberdade permitiu-nos iniciar a construção do sistema democrático de educação e formação e, nesse processo, há, obviamente, inestimáveis conquistas. Referirei apenas algumas: o alargamento da escolaridade obrigatória, primeiro para nove

anos, com a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), e, posteriormente, em 2009, com a ministra Maria de Lurdes Rodrigues, para 12 anos; a evolução positiva das taxas reais de escolarização de todos os níveis de escolaridade; a taxa real de pré-escolarização; a criação das Escolas Profissionais e, depois, a criação dos cursos profissionais e o seu alargamento às escolas públicas; a criação e o desenvolvimento da educação secundária baseada na diversificação dos seus cursos e na construção (difícil) da sua identidade; o alargamento e diversificação da educação terciária, aliado a um número sempre crescente de alunos e ao desenvolvimento da capacidade científica do país; a melhoria das qualificações de todos os docentes, do pré-escolar à educação secundária. Naturalmente, a LBSE tem, ainda hoje, um particular significado

para a democratização da educação do país.

Dentro do panorama do sistema educativo 2023 o que considera mais surpreendente?

Preocupa-me muito o facto de haver ainda um número muito significativo de alunos, quer no âmbito da educação básica e da educação secundária, quer no âmbito da educação superior, que não está a aprender ou que não está a aprender com a qualidade que se espera. Por isso, o CNE vem manifestando há cerca de 20 anos a necessidade de se mobilizarem todos os meios possíveis para se garantir uma educação de elevada qualidade, a todos os níveis, nos primeiros anos de escolaridade. A leitura e a escrita são essenciais, são mesmo estruturantes para o desenvolvimento de todas as aprendizagens e, por isso,

temos de prosseguir, quiçá reforçar, os esforços que vêm sendo realizados para que todas as meninas e meninos desenvolvam os saberes e competências que, nestes domínios, estão previstos no currículo.

Consegue identificar uma área em que a evolução tenha sido particularmente positiva?

Foram dados passos muito significativos e relevantes para a vidas das pessoas e do país no que se refere ao acesso à escola. Tal como referi no texto de abertura do Estado da Educação 2023, nos anos 70 do passado século tínhamos uma situação que se traduz na seguinte sequência de números: 100 - 70 - 18 - 5 - 2. De facto, em 100 alunos que se apresentavam a exame na

então chamada quarta classe, 70 concluíam, 18 prosseguiam, cinco obtinham um diploma de estudos secundários e dois conseguiram concluir um curso da educação superior. Hoje, se considerarmos a população com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, 40% possui um diploma de nível superior. Então tínhamos cerca de seis milhões de analfabetos, cerca de 26% da população, hoje esse número é inferior a 5%. Na altura, a taxa real de escolarização da educação secundária era de 5% o que contrasta com os cerca de 90% de 2023. Nestes e noutros indicadores, temos razões para considerar que a evolução foi muito positiva e permitiu que o país compare bem com os nossos parceiros da OCDE e da União Europeia em particular. Mas temos ainda problemas significativos para resolver.

Quais serão as áreas mais negativas, a que será preciso dar atenção redobrada no futuro?

Confesso que os resultados de Portugal no Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC) recentemente divulgados, não deixaram de me chocar. Na apresentação que foi feita na última sessão plenária do CNE, o coordenador deste estudo em Portugal, o prof. Luís Rothes referiu, de forma assertiva, que a educação e formação da população adulta portuguesa é o problema mais grave que é necessário enfrentar no nosso país. Na verdade, há largos setores da população portuguesa com níveis muito preocupantes de literacia, numeracia e de resolução adaptativa de problemas. Temos de pensar

Todos os estudos e todas as estatísticas nacionais e internacionais mostram bem que estudar compensa largamente a vários níveis

É através da aprendizagem da nossa língua que as crianças e jovens que não a dominam podem ser realmente integrados

ID: 115484718

05-02-2025 | EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFIS.

que há muitos milhares de cidadãos e cidadãs que, no máximo, têm apenas o 9.º ano de escolaridade e largos milhares com, no máximo, o 6.º ano de escolaridade. Estas pessoas, que têm idades entre os 40 e os 50 anos, ainda estarão na vida ativa durante duas e mais décadas. Consequentemente, parece óbvio que há aqui um enorme desafio que tem de ser enfrentado.

Os recursos humanos continuam a ser uma preocupação, sobretudo pela carência de docentes. Qual o ponto da situação? O que poderá ser feito para mitigar o problema?

Não temos dados que me permitam pronunciar cabal e fundamentadamente sobre a situação no que se refere à carência de docentes. Trata-se de um problema preocupante pelas suas consequências. Mas quero crer que, em geral, as escolas estão a responder positivamente para mitigar as questões que dele decorrem. Por outro lado, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação tem anunciado medidas que podem contribuir positivamente para enfrentar um problema que, naturalmente, não é fácil de resolver e que afeta vários países além do nosso.

A educação digital tem sido uma aposta rodeada de controvérsia. Há

dados que sirvam para aferir da sua eficácia prática? Em que domínios?

A sua questão pode referir-se a um elevado espetro de questões. Direi apenas que, do ponto de vista das práticas pedagógicas e do ensino, a investigação tem evidenciado que a utilização de tecnologias de informação e comunicação, quando utilizadas adequadamente, contribuem muito positivamente para criar ambientes muito favoráveis ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

De que forma é que o nosso sistema de ensino se está adaptar ao número crescente de estudantes estrangeiros? Como melhorar a sua integração?

Em pouco tempo e a um ritmo significativo, o país, os governos, as escolas e os docentes viram-se perante uma realidade nova, impensável há duas décadas... Há princípios, valores e leis que são inestimáveis na medida em que não permitem que nenhum aluno, seja quem for, venha donde vier, fique à porta da escola. Este é um facto muito relevante pois há uma predisposição que considero muito positiva e de cariz muito humano que consiste em acolher todos os que precisam de frequentar a escola. Nestes estritos termos, não tenho dúvidas em afirmar que nos temos

A leitura e a escrita são essenciais, estruturantes, para o desenvolvimento de todas as aprendizagens e, por isso, temos de prosseguir, quiçá reforçar, os esforços para que todos desenvolvam os saberes e competências previstos no currículo

adaptado bem. No que se refere aos apoios de que os alunos migrantes necessitam para poderem ter reais oportunidades para aprender, o caminho tem vindo a ser feito com mais ou menos dificuldades (varia bastante de escola para escola), mas o que nos parece é que é necessário ajudar a melhorar a organização e o funcionamento pedagógico das escolas para que, por exemplo, a disciplina de Português Língua Não Materna possa ser frequentada por todos os que dela necessitam.

Esse é um ponto essencial....

Há um esforço que vem sendo realizado pelo Ministério, através da sua Direção-Geral de Educação, que merece consideração e reconhecimento. Mas é necessário prosseguir para se garantir a cobertura que responde às respetivas necessidades. O esforço que algumas autarquias vêm fazendo criando oportunidades para que as crianças e os jovens migrantes possam aprender a língua portuguesa, também se deve salientar. Esta é uma questão da maior relevância pois é através da aprendizagem da nossa língua que as crianças e jovens que não a dominam podem ser realmente integrados. Não podemos falhar nesta matéria pois as consequências, como bem sabemos, são a exclusão e tudo o que normalmente lhe está associado.

Até que ponto é que a pandemia ainda tem influência na realidade escolar portuguesa? Como tem evoluído a mitigação das desigualdades no ensino?

O combate às desigualdades terá sempre de prosseguir. Insisto muito na ideia de que temos de cuidar muito bem da educação nos primeiros anos. Penso que é necessário investir a este nível, a partir da leitura e da escrita. Estou consciente de que não é fácil, dadas as nossas

bem conhecidas tradições elitistas quanto à educação e ao ensino das crianças. Mas, se não o fizermos, vai ser muito complicado passarmos para um outro patamar de qualidade na educação e formação do país.

Em relação ao ensino superior, como tem evoluído a percentagem de licenciados. E a sua relação com o mercado laboral? Ainda vale a pena tirar um curso superior?

A evolução tem sido muito positiva a diversos níveis. Nomeadamente, no que se refere a uma questão que é muito significativa e que se prende com o número de mulheres que frequentam a educação terciária e que aí obtêm os seus diplomas. De facto, em 2022/2023, tínhamos 446 028 estudantes na educação superior, 54,1% dos quais eram mulheres, e dos 95 608 que concluíram os seus cursos 58,4% eram mulheres. Temos, no entanto, de continuar a melhorar questões relacionadas com o acesso ao ensino superior, com a qualidade das aprendizagens, com a qualidade das práticas pedagógicas de ensino e de avaliação, com a progressão académicas dos estudantes e também com as relações com a sociedade. Todos os estudos e todas as estatísticas nacionais e internacionais mostram bem que estudar compensa largamente a vários níveis. **JL**